



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
CNPJ 33.000.670/0001-67

Ofício nº 330/2025-GP

Pontal do Araguaia– MT, 02 de Outubro de 2025.

Exma. Sr.^a

Wilsa Sousa Itacarambi Lacerda
Presidente da Câmara Municipal
Pontal do Araguaia – MT

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei.

Senhora Presidente,
Senhores (as) Vereadores (as).

1. Cumprimentando-os cordialmente, vimos por meio do presente encaminhar Mensagem nº 011/2025 e o Projeto de Lei abaixo especificado:

Projeto de Lei nº 1297/2025: Dispõe sobre critérios quanto aos procedimentos pertinentes à substituição e cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no âmbito do Município de Pontal do Araguaia-MT.

2. Certo da atenção de Vossa Excelência e dos Nobres Pares na apreciação do Projeto, antecipo meus agradecimentos e, nesta oportunidade, renovo nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ADELINO
FRANCISCO
LOPO:39564
487153

Adelcino Francisco Lopo
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por ADELINO
FRANCISCO LOPO:39564487153
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(SEM SGNCO), OU=31394544000109, OU=Videoconferencia, CN=ADELINO
FRANCISCO LOPO:39564487153
Localidade:
Data: 2025.10.02 14:55:33-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
CNPJ 33.000.670/0001-67

MENSAGEM Nº 011/2025

DE 02 DE OUTUBRO DE 2025.

Senhora Presidente,

Senhores(as) Vereadores(as):

Encaminhamos à elevada apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 1297/2025 que regulamenta a substituição e cancelamento da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e no âmbito do Município de Pontal do Araguaia.

A proposta encontra amparo na Lei Complementar Federal nº 116/2003, que atribui aos Municípios a competência para instituir e regulamentar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, bem como no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), que prevê a necessidade de lei para a instituição de obrigações acessórias.

Atualmente, o Município não dispõe de norma legal específica que discipline as hipóteses e os procedimentos para o cancelamento de notas fiscais eletrônicas. Tal lacuna normativa pode gerar insegurança jurídica, dificultar o controle fiscal e abrir margem para práticas irregulares de emissão e posterior cancelamento de documentos fiscais.

O projeto ora apresentado tem como objetivos principais:

1. Dar segurança jurídica aos contribuintes e à Administração Tributária quanto às hipóteses de cancelamento de NFS-e;
2. Estabelecer prazos e condições claras para o cancelamento, evitando a utilização indevida do sistema fiscal;
3. Resguardar a arrecadação municipal, vedando o cancelamento em casos de serviços já prestados, retenções tributárias efetuadas ou declarações transmitidas à Receita Federal e ao Município;
4. Assegurar transparência e controle, exigindo justificativa e documentação comprobatória para cada cancelamento realizado;
5. Harmonizar a legislação local com os parâmetros adotados em diversos municípios brasileiros, fortalecendo a integração das obrigações acessórias com os sistemas federais de escrituração digital (SPED, DCTF, e-Social, EFD-Contribuições).

Com isso, busca-se criar um ambiente normativo equilibrado, que permita ao contribuinte corrigir erros materiais ou cancelar documentos emitidos por engano, ao mesmo tempo em que se coíbe a supressão indevida de receita tributária.

Diante do exposto, entendemos que o presente Projeto de Lei representa medida necessária e oportuna para a modernização da legislação municipal, razão pela qual submetemos sua apreciação e aprovação a esta Casa Legislativa.

ADELCINO
FRANCISCO
LOPO:39564487153
3
ADELCINO FRANCISCO LOPO
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por ADELCINO
FRANCISCO LOPO:39564487153
MD: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF: A1, OU=EM BRANCO, OU=
31394544000109, OU=videoconferencia, CN=
ADELCINO FRANCISCO LOPO:39564487153
Localização:
Data: 2025.10.02 14:51:14.0300
Post: PDF Reader Versão: 2025.2.0



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
CNPJ 33.000.670/0001-67

PROJETO DE LEI N.º 1297/2025

DE 02 DE OUTUBRO DE 2025

"Dispõe sobre critérios quanto aos procedimentos pertinentes à substituição e cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no âmbito do Município de Pontal do Araguaia-MT. "

ADELINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Pontal do Araguaia, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e, destinada a documentar as operações relativas à prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

Art. 2º. A NFS-e constitui obrigação acessória e sua emissão será obrigatória para todos os prestadores de serviços estabelecidos no Município, ressalvados os casos de dispensa previstos em regulamento.

CAPÍTULO II – DO CANCELAMENTO DA NFS-e

Art. 3º. O cancelamento da NFS-e somente será admitido nas seguintes hipóteses:

- I. quando não houver ocorrido a prestação do serviço;
- II. quando a NFS-e tiver sido emitida em duplicidade;
- III. quando contiver erro material que impossibilite a sua utilização;
- IV. quando não houver ocorrido retenção ou recolhimento de tributos incidentes sobre a operação.

Art. 4º. O cancelamento deverá ser solicitado pelo contribuinte no sistema eletrônico da NFS-e, mediante justificativa, observado o seguinte:

- I. o cancelamento poderá ser realizado até o último dia do mês de competência da emissão;
- II. após o prazo referido no inciso I, o cancelamento dependerá de autorização da Secretaria Municipal de Finanças, mediante requerimento fundamentado e apresentação de documentação comprobatória, devendo ser protocolizado até o 2º (Segundo) dia útil seguinte ao mês da ocorrência do fato gerador.

Parágrafo único - Nos casos do inciso II deverá constar:

- I. declaração de não execução do serviço, assinada pelo tomador do serviço, com firma reconhecida em cartório;
- II. ser instruído com uma via de cada NFs gerada em duplicidade, bem como da original, em caso de substituição ou cancelamento.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA
CNPJ 33.000.670/0001-67

Art. 5º. Não será admitido o cancelamento da NFS-e quando já houver ocorrido:

- I. recolhimento do ISSQN;
- II. declaração de retenções tributárias pelo tomador ou pelo prestador do serviço;
- III. utilização da NFS-e em obrigações acessórias municipais ou federais.

Parágrafo único. Nesses casos, o contribuinte deverá emitir NFS-e de substituição ou outro documento equivalente, conforme disciplinado pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 6º. Todo cancelamento de NFS-e deverá ser registrado no sistema eletrônico com a devida justificativa, cabendo ao contribuinte manter arquivada a documentação comprobatória pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do exercício seguinte ao da emissão.

CAPÍTULO III – PENALIDADES

Art. 7º. O cancelamento irregular da NFS-e, bem como a ausência de comprovação da justificativa apresentada, sujeitará o contribuinte às penalidades previstas na legislação tributária municipal, sem prejuízo da aplicação das normas federais pertinentes.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia – MT, 02 de Outubro de 2025.

**ADELINO
FRANCISCO
LOPO:39564487**

153

ADELINO FRANCISCO LOPO
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por ADELINO
FRANCISCO LOPO:39564487153
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=
31394544000103, OU=videoconferencia, CN=
ADELINO FRANCISCO LOPO:39564487153
Localização:
Data: 2025.10.02 14:42:25 -03'00'
Font: PDF Reader Versão: 2025.2.0